

# A Guerra do Paraguai e a usurpação dos territórios indígenas<sup>1</sup>

*Adilso de Campos Garcia\**

*Maria Augusta de Castilho\*\**

A prisão, pelo presidente do Paraguai, Solano Lopes, do navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava as águas do rio Paraguai rumo a Mato Grosso, para levar o presidente da Província Frederico Carneiro de Campos, bem como a intervenção militar brasileira no Uruguai representaram, naquela conjuntura, o estopim para o desencadeamento da Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Bacia Platina, naquele determinado contexto histórico, a partir de meados do século XIX, estava assolada por conflitos latentes, quer seja — entre outros motivos — por questões de fronteiras, pela livre navegação do rio Paraguai, que era de suma relevância para o Governo Imperial, no que se refere à logística de comunicação, abastecimento, segurança e comércio com a Província de Mato Grosso.

A amálgama de correntes historiográficas e manipulações ideológicas acerca das interpretações dos reais motivos que deflagraram essa guerra acaba por povoar o imaginário da população, desde os mais leigos aos mais eruditos pesquisadores sobre a temática.

A Guerra da Tríplice Aliança pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder sua auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma eficaz, graças talvez à original dominação jesuíta. (HOBSBAWM, 1996, p. 119).

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

A invasão do solo brasileiro — que neste estudo se reporta à Província de Mato Grosso — por tropas paraguaias acabou por provocar a morte do militar Antônio João na região sul da Província, reverenciado no meio militar como o “Leônidas Brasileiro”; tal fato provocou a imediata resposta bélica do Império Brasileiro. Inserida nesta visão patriótica, dentre outras, tem-se a contribuição de Pombo (1960).

No Brasil, no decorrer do século XX, ocorreu o ápice do revisionismo, representado principalmente por Pomer (1985) e Chivenatto (1990); este último causou um insti-

\* Bacharel e licenciado em História (UFMS), mestre em História (UFGD), professor de História do IFMS. (*adilso.garcia@ifms.edu.br*)

\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (mestrado/doutorado) e do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). (*m.a.castilho@terra.com.br*)

gante fervor nacionalista e anti-imperialista no meio acadêmico brasileiro, pois, revestido de feitos militares e enfatizando a atuação imperialista da Inglaterra no conflito, criou uma espécie de teoria conspiratória, que, em determinadas situações, se furtou quanto às fontes documentais, que poderiam dar maior credibilidade às suas assertivas.

No limiar do século XXI, Doratioto (2002), caracterizado por ser menos tendencioso, apresenta um novo viés sobre a guerra, procurando entendê-la como fruto das contradições na Bacia Platina. Discute as questões de geopolítica regional e os interesses econômicos dos países envolvidos no conflito, salientando que as origens dessa hostilidade também podem estar no processo de formação e consolidação dos estados nacionais na região platina.

Uma vez discutidas algumas considerações iniciais sobre a Guerra do Paraguai, procurar-se-á, doravante, amealhar elementos que permitam evidenciar a importante e decisiva participação dos Guaná (Terena), quando estes lutaram ao lado do Império Brasileiro na guerra contra o Paraguai, no Sul de Mato Grosso.

Com a eclosão da referida guerra, o Exército Brasileiro vai aliciar reforços entre os índios da região, pois, segundo a política imperial, a defesa das fronteiras e a segurança nacional passam a ter importância capital.

As sociedades indígenas, mormente as que se encontravam no sul da Província de Mato Grosso, vão gozar de uma função primordial para a proteção e a garantia do território brasileiro; são as sociedades indígenas como muralhas dos sertões. Manifesta-se en-

tão a incorporação de algumas comunidades indígenas à Guarda Nacional, sendo que são

também qualificados guardas nacionais índios quinquinós e terenas que melhores serviços prestariam englobados nas suas respectivas tribos, como por exemplo o índio José Pedro, capitão dos terenas... (TAUNAY, 1923, P. 205)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Segundo esse autor, dos índios Guaná incorporados à Guarda Nacional, a maior parte deles era dos Terena, que perfaziam 216 índios, os Kinikináu, 39, enquanto os Laiana eram 20, totalizando 275 homens, que se mostravam dispostos e se ofereciam prontamente, servindo com dedicação.

Entre os Guaná, os Terena, a priori, se mostravam aparentemente mais isolados e retraídos ao contato com a população não índia, em busca de um isolamento não mais possível, em virtude da contingência de um iminente conflito bélico, conforme escreveu Taunay (1931). Sendo assim, não acharam outra maneira, naquela conjuntura, senão a de defenderem as suas terras do ataque dos paraguaios; e assim, imbricados no pensamento de que, ao lutar ao lado do Brasil, estariam, por sua vez, assegurando a posse de suas aldeias já formadas na região, aderiram ao conflito.

Faz-se mister enfatizar que esta disposição em aderir à luta está também relacionada a uma preocupação precípua, que era a de resolver o problema das várias ameaças feitas pelos fazendeiros, devido aos bovinos que estes índios abatiam para sua alimentação.

A Guerra do Paraguai provocou uma avassaladora desorganização nas sociedades

índigenas como um todo, sendo que os aldeamentos dos índios Guaná (Terena) encontravam-se no centro do teatro de operações de guerra e, estando, em sua maioria, localizados “nas imediações de Miranda, as aldeias desses índios foram destruídas e arrasadas<sup>i</sup>” (SILVA, 1948, p. 280).

A atitude dos Terena em aderir à Guarda Nacional foi, na realidade, uma escolha feita pelos próprios índios, como uma possível solução dos conflitos existentes entre estes e a sociedade envolvente, além de representar a defesa de seu próprio território, pois o “engajamento desses índios às tropas brasileiras fazia-se mediante presentes e promessas de concessão de terras” (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

As afirmações feitas anteriormente de que os Guaná (Terena) se ofereciam para lutar na Guerra do Paraguai, sobre o conflito com fazendeiros, e também sobre a defesa das suas aldeias não são compartilhadas por Leotti (2001); para esse referido pesquisador, a

ida dos índios para a guerra foi uma realidade e, de uma forma imposta, fazia-se com que os índios ficassem expostos à violência de um conflito estranho aos seus interesses. (LEOTTI, 2001. p. 42)

No que concerne à invasão da Vila de Miranda, grassava a notícia de que os paraguaios tinham dominado o Forte de Coimbra, Corumbá, bem como a navegação pelo rio Paraguai. E, devido à chegada das tropas paraguaias nas imediações dessa vila, em fins de 1864, os soldados e os não índios refugiaram-se na serra de Maracaju, região tida

como segura, onde o inimigo não se atreveria a se aventurar-se.

Um aspecto que chama a atenção nessa debandada da Vila de Miranda foi a opção de se utilizarem os rios como meio de transporte, devido a uma maior possibilidade de locomoção, de se poder refugiar na margem oposta à do inimigo, se fosse o caso; e ressaltava-se ainda que, pelos caminhos terrestres, se estava mais propenso a encontrar patrulhas paraguaias.

Quasi todos os habitantes de Miranda fugiram embarcados descendo o rio Miranda, entrando no Aquidauana e subindo por este até perto do porto do Souza. Ahi se refugiaram nas fragosidades da serra de Maracajú (Morros); alguns tomaram caminho de Sant’Anna do Parnahyba. (TAUNAY, 1923, p. 123, nota de rodapé nº 1)  
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Os antigos Guaná-Txané apossaram-se do arsenal de armas da Vila de Miranda, que os militares haviam abandonado, e impuseram certa resistência e hostilidade aos invasores paraguaios nas cercanias da Vila:

Os indios moradores das aldeas da visinhança, depois da evacuação de nossa tropa e antes da entrada dos Paraguayos, apoderarão se da porção de armamento que existia nos armazens militares, e com elle hostilizarão o inimigo; mas este não tardou a domar essa resistencia, que não era de esperar fosse efficaz, attendendo á inferioridade de numero dos mesmos Indios e á sua falta de disciplina. Assim ficarão os Paraguayos na plena e effectiva posse do Districto de Miranda.

<sup>i</sup> N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.

---

(Relatório do Presidente da Província do ano de 1865. p. 10)  
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

É interessante destacar que a orientação do Comando Militar Brasileiro, no que se reporta a armamentos, era a de que os índios não tinham o direito de possuir armas como os demais soldados, pois reinava uma preocupação quanto à lealdade desses índios. Essa postura dos militares sempre evocou uma série de protestos e reivindicações por parte das comunidades indígenas.

Há que se enfatizar a peremptória contribuição dos índios para a sobrevivência da população que se refugiou nos morros (serra de Maracaju), pois

effectuaram-se logo derrubadas para as sementeiras dos cereaes que alguns providentes haviam trazido, certos de que, tão cedo, não voltariam aos seus lares. (TAUNAY, 1931, p. 34)  
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Tiveram os Terena, por conseguinte, um papel de extrema valia, realizando incursões de pesca, caça, aprisionamento de bovinos e coleta de frutos da terra, sendo, em grande parte, ainda responsáveis pelo abastecimento de mantimentos das tropas brasileiras, tanto nos acampamentos militares quanto nas aldeias, que serviam ainda de refúgios para os não índios, ou seja, “os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados” (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2005, p. 5-6).

Ao escrever sobre o episódio do Exército Brasileiro na Retirada da Laguna, Taunay observou que os Guaná (Terena), no decorrer da guerra, sofreram uma série de agruras, quando grande quantidade deles teria perecido vítimas do fogo, das armas, fome e, principalmente, no que concerne às doenças. Quanto à Retirada, destacou que:

(...) o chefe dos Terenas, Francisco das Chagas, chegou moribundo numa rêde que sua gente carregava. Estavam êstes desgraçados índios no auge do terror; mais não podiam mais abandonar a coluna, ocupado como se achava todo o campo por um inimigo, que, quando os apanhava, jamais deixava de os fazer perecer nos mais horríveis suplícios. (TAUNAY, 1952, p. 106)  
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

A Retirada da Laguna refere-se ao episódio em que uma coluna ou expedição militar brasileira, que se encontrava em operações no Sul de Mato Grosso, atravessou o rio Apa, dirigindo-se até a localidade de Laguna, no país Paraguai. Os soldados paraguaios usaram a tática da “terra arrasada”, retirando, queimando e destruindo todos os víveres que pudessem ser úteis ao inimigo.

Ainda no tocante à Retirada da Laguna, Taunay enfatizou a importância da participação indígena, pois

os índios Terena e Guaicuru, que depois de se haverem comportado nessa refrega como bravos auxiliares, carregavam agora aos ombros os despojos<sup>2</sup> dos cavalos tomados aos paraguaios. (TAUNAY, 1952, p. 68-69)  
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Liderada pelo guia Lopes, Sales pontuou que essa coluna não teve outra alternativa a não ser retroceder, diante da perseguição imposta pelo exército paraguaio, pois

assolada por uma epidemia de cólera, constantemente fustigada pela cavalaria paraguaia, a coluna foi obrigada a iniciar um processo de retirada sob permanente hostilidade inimiga que, por pouco, não se transformou em verdadeira debandada. (SALLES, 1990, p. 156)

Os componentes que participaram da Retirada no decorrer do ano de 1867, entre eles uma quantidade considerável de indígenas Guaná (Terena), sofreram grandes adversidades, em função do estado de inconstância do comando militar e das oscilações do clima, e en-

frentaram sérias privações, principalmente no que diz respeito à alimentação e à locomoção.

Os soldados brasileiros, na longa campanha que se desenvolveu contra o Paraguai, não foram vítimas somente do despreparo militar, dos erros táticos e das divergências de comando. Enfrentaram, também, grandes dificuldades decorrentes de mudanças climáticas, como períodos de chuva ou de estiagem, de adaptação ao solo paraguaio e principalmente de grandes epidemias, como o cólera-morbo, a varíola, as febres, as disenterias e o ataque das muquiranas. (SQUINELO, 2003, p. 96).

Outro elemento complicador foi a fumaça intensa, em função do fogo ateadado na macega<sup>3</sup> pelos paraguaios, que estavam no encalço da coluna, além dos animais peçonhentos, da escassez de munição e farda-



Figura 1 – A Retirada da Laguna, composição de Álvaro Martins (Seth)

Fonte: TAUNAY, 1952

mento; entretanto a mazela fundamental foi o cólera-morbo.

É válido evocar que a Guerra do Paraguai aflorou sentimentos de autovalia nos Guaná (Terena), culminando em uma valorização da memória e do *ethos* tribal, pois:

(...) esse conflito representou, além de um fator ponderável à mobilidade dos Terêna, uma experiência que ficou gravada profundamente na memória tribal, constituindo-se, pode-se dizer, na *fase heróica* de um povo pacífico por natureza; proporcionou-lhes uma tomada de consciência de seus direitos sobre o território que ocupam, (...). (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 59-60)

Em consequência, vislumbra-se uma autoconsciência que esses índios passaram a ter de sua própria história e da importância de seu povo, corroborando para a constatação de que

os índios são agentes de sua própria história e portadores de sistemas socioculturais específicos, constatações estas que entram em choque com o eurocentrismo de cunho evolucionista unilinear... (EREMITES DE OLIVEIRA, 2001, p. 122)

A participação dos índios na Guerra do Paraguai foi, para o Império Brasileiro, de importância imensurável, pois serviram como conhecedores, espiões e guias da região e, segundo Vargas (2005), estes índios se fizeram presentes lutando contra os paraguaios, além de abastecer o Exército Brasileiro com informações e alimentação.

A questão da entrega de patentes militares brasileiras aos Guaná (Terena) foi discutida pelo alemão Richard Rohde, que foi o responsável, entre os anos de 1883-1884, por uma mis-



Figura 2 – Dois índios Terena, dos que combateram na Guerra do Paraguai, com uniformes de oficiais em desuso (acervo da Comissão Rondon, s/d)

Fonte: <http://pib.socioambiental>

são científica realizada pelo Museu de Berlim na região de Mato Grosso, indicando ainda, em seus estudos, a destacada participação dos Terena na guerra abaixo referida:

Na guerra do Paraguai ofereceram aos brasileiros bons serviços e, em consequência disso, alguns caciques do Brasil receberam patentes como alferes, que me mostraram com muito orgulho e me pediram para lhes ler. (...) Cada aldeia tem um comandante (sub-chefe), e sobre a tribo toda está um cacique, que recebeu da nação brasileira uma patente de “Capitão”. (ROHDE, 1990, p. 11-12). (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Pode-se deduzir, no entanto, que essa atitude representou uma tentativa de desar-

ticular as comunidades indígenas. Ao transformar o chefe dos índios — o cacique — na figura de capitão, favorecia-se uma relativa desestruturação da organização social indígena, uma vez que era notório o envolvimento desses índios ao sabor dos interesses da política indigenista brasileira.

Enfatiza-se que, devido aos préstimos que os Guaná (Terena) propiciaram ao Exército Brasileiro, alguns caciques receberam patentes de alferes e uniformes militares, como recompensa pelo seu apoio na Guerra do Paraguai:

(...) que seguindo a antiga pratica dos meus antecessores, pasei titulo ao índio Joaquim Victorino de Capitão da tribu terena a que pertence sem que este titulo lhe de direito ao pedido de fardamento completo que fiz e nem a cousa alguma. É verdade que se tem fornecido à alguns nas mesmas circunstancias, e com o fim simplesmente de agradá-los, algumas peças de fardamento do mesmo modo que se lhes fornecem roupas e ferramentas como brindes. (Lata 1886-C, doc. Avulso, APMT)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Não obstante, o relativo hábito dos presidentes da província de distribuir a patente de capitão, como forma de agrado, teve um efeito avesso do que foi aventado no documento, pois o seu significado foi apropriado e reelaborado pelos indígenas de acordo com as pautas culturais que lhes eram convenientes.

Deram, por conseguinte, a esse referido título um “ressignificado”, porquanto, munidos da farda e da insígnia como um sinal distintivo de poder, passaram a reivindicar a posse de seus antigos territórios. Quando eram visitados nas aldeias, ou recebidos

por membros do Governo, apresentavam-se vestidos com uniformes militares, procurando estabelecer a ideia de se tratar de uma reunião de autoridades.

Várias vezes os Terena dirigiram-se a Miranda e Cuiabá, buscando relações diplomáticas com os representantes do Governo, revestidos com o *status* de prestadores de serviços à Nação e de amigos das autoridades brasileiras. Todavia, mesmo estando esses índios sempre presentes no decorrer da guerra, tendo abastecido o Exército Brasileiro com informações e alimentos, essa participação não lhes garantiu necessariamente um de seus mais preciosos objetivos, que era a posse dos antigos territórios indígenas que ocupavam no período anterior à Guerra do Paraguai.

Pode-se inferir que, findo o conflito platino, grande parte das aldeias indígenas prostrou-se ante o infortúnio da guerra, pois foi destruída e queimada pelo inexorável inimigo; essa “desterritorialização” foi agravada no pós-guerra, em função da voracidade da frente pastoril sobre os territórios tradicionais dos Guaná; houve, de acordo com estudos de Brand (1997), um verdadeiro “esparramo”<sup>4</sup>.

Grande parte desses índios foi inserida na economia regional de modo compulsório — episódio que ficou conhecido como tempo da servidão, e que se distendeu até o começo do século XX, quando Rondon deu início à demarcação das reservas indígenas, gerando um processo de “(re)territorialização”; essas áreas demarcadas, em determinadas circunstâncias, vão engendrar um estoque de mão de obra barata e de votos para as elites regionais. **REB**



Figura 3 – “A aldeia do Ipégue onde vivem índios Terêna. Os índios costumavam reunir-se com dois capitães ao lado, para receberem a visita de Rondon.”

Fonte: Forte de Copacabana. Obra: *Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de MT*. Foto nº 022  
Comentário do autor: Optou-se por transcrever a legenda da fonte devido à dificuldade da leitura, mantendo-se a grafia original.

## Referências

BRAND, Antonio J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. 1997. 392 p. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do Índio ao Bugre: O processo de assimilação dos Terêna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 149 p.

CHIAVENATTO, Júlio J. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 24. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. 188 p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 615 p.

---

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **A História indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil**: dilemas e perspectivas. Revista Territórios & Fronteiras (Programa de Pós-Graduação em História). Cuiabá: UFMT, vol. 2, n. 2, p. 115-124, 2001.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. “Duas no pé e uma na Bunda”: da Participação Terena na Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela Ampliação dos Limites da Terra Indígena Buriti. Anais Eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH/UUEL, p. 1-8, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. E. **A era do capital**: 1848-1875. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 459 p.

LEOTTI, Odegar. **Corpos violentados**: os índios e a guerra do Paraguai (1860-1870). In: JANUÁRIO, Elias R. da S. (Org). Fronteira – Memória e Linguagem. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT/Campinas-SP: Pontes, 2001. p. 31-47.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960. 502 p.

POMER, León. **Paraguai**: nossa guerra conta esse soldado. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1985. 64 p.

ROHDE, Richard. **Algumas notícias sobre a tribo indígena dos Terenos**. Terra Indígena, UNESP, Araraquara, n. 55, p. 11-17, abr./jun. 1990.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 166 p.

SILVA, Fernando A. **Mudança Cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, São Paulo: vol. 3, p. 271-379, 1948.

SQUINELO, Ana P. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida**: ensino, memória e história de um conflito secular. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2003. 144 p.

TAUNAY, Visconde de. **Campanha de Matto Grosso**: cenas de viagem. 2. ed. São Paulo: Livraria do Globo, Irmãos Marrano, 1923. 210 p.

\_\_\_\_\_. **Entre os nossos índios**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. 135 p.

\_\_\_\_\_. **A retirada da Laguna**: episódio da guerra do Paraguai. 14. ed. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952. 202 p.

VARGAS, Vera L. F. **A construção do território Terena (1870-1966)**: uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. **Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso**: a implantação da colônia Várzea Alegre (1957-1970). 1986. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP. Assis.

### **Fontes manuscritas**

Lata 1886-C, doc. Avulso, APMT - Arquivo Público de Mato Grosso.

---

Relatório do Vice-Presidente da Província de Matogrosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865. Fotogramas, Bruto=474 e Real 457. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaiás Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

### **Fontes imagéticas**

Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de MT. Foto nº 022.

Instituto Socioambiental. Foto: Dois índios Terêna, dos que combateram na Guerra do Paraguai com uniformes de oficiais em desuso; Fazenda arreo – aldeia do Bananal. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042>. Acesso em: 18.set.2008.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. 14. ed. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952. Foto, p. 132b. 202 p.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho (com exceção do título) é fruto de parte de minha dissertação intitulada *A Participação dos Índios Guaná no Processo de Desenvolvimento Econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*.

<sup>2</sup> Aquilo o que se toma ao inimigo; presa, espólio.

<sup>3</sup> Campina suja, com capim alto e seco, a ponto de dificultar a passagem.

<sup>4</sup> Refere-se a uma expressão que foi usada pelo Prof. Brand (1997) e caracteriza uma situação de “des-territorialização” dos índios. Neste trabalho, destaca-se o episódio em que os índios Guaná, no período posterior à guerra contra o Paraguai (1864/1870), foram expulsos de seus territórios, espalharam-se pelas fazendas de gado no sul do Estado de Mato Grosso e trabalharam para a sociedade dominante na qualidade de mensalistas, diaristas e empreiteiros.